

REQUERIMENTO Nº 329 2015 REQ.

Requeiro à mesa depois de ouvido o plenário, cumprida as formalidades legais no Regimento Interno desta casa, SOLICITAR ao Exmo. Sr. Prefeito do Município - Edson de Souza Vieira, extensivo ao Secretário de Defesa Social o Sr. Fábio Alexandre Aragão, no sentido de envidar esforços para que venha ser disponibilizado espaço físico para a implantação da Delegacia de homicídios em nossa cidade, tendo em vista as adiantadas conversas deste Vereador com o Delegado do Departamento de Homicídios, o Dr. Jean Rockfeller

JUSTIFICATIVA ORAL:

Sala das sessões 05 de Junho de 2015



Luciano Silva Bezerra

-Vereador autor-

Aprovado por Unanimidade
Em 11 / 06 / 20 15

CÂMARA DE VEREADORES - CASA DR. JOSÉ VIEIRA DE ARAÚJO

Rua Manoel Rufino de Melo, 100 - Centro - Santa Cruz do Capibaribe-PE - (81) 3731.1397

www.camarascc.com.br | secretariacamara2013@gmail.com

Objeto do Convênio

Implantação de um Sistema de Videomonitoramento de vias públicas para redução dos índices de criminalidade nas cidades integrantes do polo de confecções do agreste pernambucano.

Capacidade Técnica e Gerencial

O Secretário de Defesa Social de Pernambuco, WILSON SALLES DAMÁZIO, Brasileiro, Casado, portador da CI nº 1.201.798 SSP/PE, e CPF nº 102.369.704/10, residente e domiciliado na Rua Gervásio Fioravante, nº 87 – Aptº 801, Graças, Recife-PE, DECLARA, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da PI nº 127/2008, art. 15, V, que fica responsável por qualquer informação ou documentação apresentada, que não corresponda à verdade formal e material, que a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco: 1. Dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para execução dos convênios, em especial as seguintes: 1.1. Administrativa; 1.2. Técnica; 1.3. Operacional; 1.4. Experiência na execução de convênios. (Declaração de Capacidade Técnica, em anexo).

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nome Arquivo	Data Upload
Dec. de Cap. Tec. e Ger. VIDEOMONITORAMENTO(27.11.13).pdf	27/11/2013
Declaração de Capacidade Técnica.pdf	25/10/2013

OBTV

Opera por OBTV

Sim

Permite OBTV do tipo
"OBTV para o
Conveniente"

Não

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	1294-7	Conta	0060014917
Situação	Conta Regularizada	Data da Última Modificação	22/02/2014 00:00:00
Descrição	A instituição bancária informou a regularização da conta do convênio e a mesma está pronta para ser movimentada.		

Datas [Ver Historico Datas](#)

Data da Proposta	25/10/2013
Data Assinatura	30/12/2013
Convênio publicado no DOU em	10/01/2014
Data Inicio de Vigência	30/12/2013
Data Término de Vigência Atual	08/04/2015
Data Limite p/ Prestação de Contas	07/06/2015

Valores

R\$ 1.050.866,38 Valor Global

R\$ 998.323,06 Valor de Repasse

R\$ 52.543,32 Valor da Contrapartida

R\$ 52.543,32 Valor Contrapartida Financeira

R\$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços

R\$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nome

Declaração Contrapartida Monitoramento-emenda parlamentar - 28.11.13.pdf

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano	Valor (R\$)
2013	R\$ 998.323,06

período que vai de 2006 a 2012. Entretanto, o crescimento da taxa de homicídios do país não tem mostrado indícios de arrefecimento. Desde 1980, o Brasil passou dos 11,7 homicídios por cem mil para os 26,2 em 2010. Em termos absolutos, * isso equivale a 1.091.125 em três décadas, um número maior que o de muitos conflitos armados espalhados pelo mundo (Waiselfisz, 2012). A partir de 2007, com o lançamento do Pacto Pela Vida, política pública de segurança do Governo do Estado, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União, teve início um ciclo positivo de transformações na realidade do Estado, marcado por quedas sucessivas nas taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que caíram dos 55,1 por cem mil de 2006 para 36,9 em 2012, segundo dados da Secretaria de Defesa Social. De acordo com dados da Gerência de Análise Criminal e Estatística – SDS, indo de encontro aos resultados obtidos com a política de segurança pública do Estado, a Área Integrada de Segurança 17, que contem as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, * Toritama e Jataúba, pertencentes ao pólo de confecções do agreste, tiveram significativos aumentos nos índices criminais referentes às taxas de CVP – Crimes Violentos contra o Patrimônio e de CVLI – (homicídios), como podemos observar nos gráficos e tabelas constantes no Projeto do Convênio na Aba Anexos. A dificuldade em reduzir a criminalidade na Região Ais-17, deve-se ao alto desempenho econômico Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano. Com isso, o volume econômico dessa região, aumentando os índices de furto/roubos (CVP) e homicídios (CVLI), o que obriga o Poder Público a agir preventivamente nas ações de segurança pública visando a redução desses tão indesejados índices. Dentre essas medidas, consideradas de prevenção, se encontra a implantação do sistema de videomonitoramento de vias públicas, a qual, trouxe uma efetiva redução da criminalidade nas áreas onde foi implantado. A adoção deste sistema será de grande ajuda aos órgãos de segurança pública no combate à criminalidade, em situações como tráfico de drogas, aliciamento de menores à prostituição e à violência contra o cidadão, fatores decisivos ao crescimento das taxas de CVP e CVLI. Esse sistema irá contribuir sobremaneira para segurança do cidadão residente na Região do polo de confecções, bem como, para os visitantes que se deslocam a essa localidade para realização de compras, os quais se constituem no público alvo desse projeto, respectivamente no quantitativo de 171.715 (cento e setenta e um mil setecentos e quinze) habitantes, e os cerca de 30.000 visitantes semanais, uma vez que é possível afirmar que, em localidades dotadas desse tipo de sistema os índices diminuem substancialmente, além de permitir um melhor controle e proteção do patrimônio público. Baseado nesses pressupostos, a Secretaria de Defesa Social do Governo de Pernambuco, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, através da adoção do programa federal visa celebrar convênio com o objetivo de estender o alcance desse sistema já instalado pelo Estado na cidade do Recife e sua Região metropolitana, bem como, nas cidades de Caruaru e Petrolina, no interior do Estado, as cidades integrantes do polo de confecções do Agreste, o qual ajudará na redução dos índices de criminalidade dos municípios, em virtude de permitir monitoramento eficaz e efetivo nos locais de sua abrangência, 24 horas por dia, objetivando a diminuição de delitos nestas áreas. A implantação desse projeto, aliado com as ações distribuídas nos eixos de atuação das áreas de Controle Social e Ordenamento Urbano, Prevenção Social do Crime e da Violência, Recuperação de Situações de Risco e Participação Social e Promoção da Cultura Cidadã, permitirá que a Secretaria de Defesa Social atue de forma mais consistente nos níveis primário, secundário e terciário da prevenção da violência – ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo, resultando, principalmente, na redução dos indicadores relacionados aos Crimes Letais Contra o Patrimônio – CVP e os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, expostos no diagnóstico desta proposta, em 12%, tomando como base o ano de 2013.

Justificativa

fechar X

Loading Image...

6.3028

ide



SICONV

Programas

Propostas

Convênios

Banco de Projetos

Entidades Privadas

Chamamento Público

Acesso Livre

Consultar Proposta

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

Convênio 788397/2013

Modalidade	Convênio	Situação no SIAFI	Enviado para o SIAFI -
Situação de Contratação Atual	Normal		2014NS000004
Situação	Em execução	Empenhado	SimPublicação
Número do Convênio	788397/2013	Número da Proposta	Publicado
Número Interno do Órgão	00234/2013		
Número do Processo	08020.017582/2013-60		

Lista de Documentos Digitalizados

Nome Arquivo	Data Upload
788397-2013.pdf	06/03/2014

Proponente CNPJ 02.960.040/0001-00 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal	Lei 8.666/93, LC 101/00, Decreto 6.170/07, Lei 10.201/01 e Portaria MPOG 507/2011.
Órgão	30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

Nos últimos trinta anos, o aumento da criminalidade e da violência tem ganhado cada vez mais destaque entre as preocupações dos brasileiros, ao ponto que o problema da segurança pública passa a figurar entre as cinco maiores preocupações de 21 entre as 26 capitais do país, segundo pesquisa de 2012. Os governos tem se preocupado em oferecer respostas a essa demanda historicamente ignorada. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os investimentos nessa área, somando os gastos dos Estados e da União, passaram dos R\$ 35,22 bilhões para os R\$ 51,55 bilhões somente durante